

Lei Anticorrupção já provocou 24 mil punições, mas não chegou aos partidos

— Após dez anos da aprovação da norma, obrigatoriedade de compliance se consolida entre as empresas, mas não alcança as legendas financiadas com recursos públicos

MARCELO GODOY

A Lei Anticorrupção, que completou ontem dez anos, trouxe para o Brasil a responsabilização das empresas envolvidas em casos de desvios de recursos públicos, mas ainda não alcançou os partidos políticos. As legendas — que são entidades privadas e passaram a ser financiadas com recursos públicos após o terremoto causado por operações como a Lava Jato — continuam sem a obrigação de adotar práticas de integridade nas contratações que fazem com dinheiro de fontes como o Fundo Partidário.

Desde 2013 até agora, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF) homologaram 74 acordos de leniência, com multas a empresas que, somadas, chegam a R\$ 53 bilhões. A Controladoria registrou ao todo, 24.224 sanções aplicadas a empresas e a funcionários, que vão desde a suspensão de contratar com o poder público à demissão dos envolvidos.

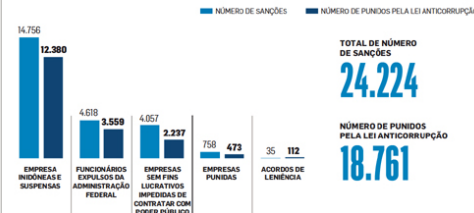
Quando foi aprovada, a lei tinha por objetivo garantir que a concorrência entre as empresas acontecesse em um ambiente governado por boas práticas, com a punição dos gestores públicos e privados que recorressem à propina como forma de alavancar seus negócios. Com o tempo, ela influenciou a adoção de novos dispositivos legais, como a obrigatoriedade, estabelecida na Lei das Licitações, às empresas que assinam contratos superiores a R\$ 228 milhões com o poder público, de manter programas de integridade.

GOVERNANÇA. Mas, enquanto a presença do profissional de compliance se expandiu pelo setor privado — e o do controlador pelos Executivos federal e estaduais —, ele ainda permanece um desconhecido entre os partidos políticos, que, ao contrário do que acontece em países como a Espanha, não são obrigados por lei a manter boas práticas de governança. “Não há, no Brasil, a obrigação de práticas de boa governança para os partidos políticos”, afirmou subprocuradora-geral da República, Luiza Frischisen. Até se tentou em 2019 apro-

COMBATE À CORRUPÇÃO

Em dez anos, legislação puniu empresas e funcionários públicos

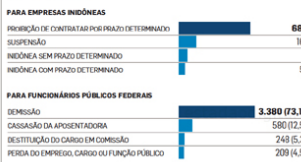
Sanções e punidos pela lei anticorrupção



TOTAL DE NÚMERO DE SANÇÕES
24.224

NÚMERO DE PUNIDOS PELA LEI ANTICORRUPÇÃO
18.761

Tipo de punição



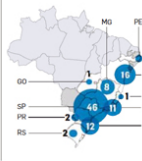
Acordos de leniência com o MPF



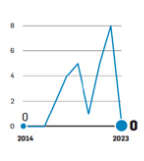
Histórico dos acordos de leniência da CGU



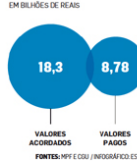
Mapa dos acordos de leniência



Acordos de leniência feitos ano a ano



Valores dos acordos de leniência



var legislação a respeito, mas o projeto não foi adiante na Câmara. Um único dos 21 partidos que usaram recursos do Fundo Partidário no primeiro

semestre deste ano mantém formalmente um programa de integridade: o Podemos. Em 2021, quando a legenda anunciou a adoção de um programa

de compliance, ela contava ainda com o atual senador Sérgio Moro (União-PR) como seu pré-candidato à Presidência (mais informações na pág. A8).

Segundo o TSE, o Fundo Partidário destinou R\$ 462 milhões a 21 partidos no primeiro semestre. Para o governador do Espírito Santo e secretário-geral do PSB, Renato Casagrande, falta vontade política para se tornar no Brasil obrigatório a adoção de regras de boa governança nos partidos políticos do País. “Os partidos recebem muitos recursos públicos e é fundamental que esse tema não saia da pauta. A forma de aplicação desses recursos deve ser debatida.”

CULTURA. Apesar do desejo do governador, a proposta de se tornar obrigatória a adoção de regras de integridade nos partidos políticos esteve praticamente ausente do evento organizado anteriormente pela Transparência Internacional (TI) Brasil, em São Paulo. Casagrande e o governador de Minas, Romeu Zema (Novo), trataram das controladorias de seus Estados e de problemas envolvendo a transparência e o Poder Executivo.

Empresas Lei obrigou a adoção de programas de integridade para contratos com o poder público acima de R\$ 228 mi

O evento contou com a divulgação da pesquisa TI Brasil/Quaest com executivo de 100 das 250 maiores empresas do Brasil, a primeira que mediu os impactos da lei no mundo corporativo. Ela constatou uma quase unanimidade em relação à legislação: 99% dos executivos acreditam que ela contribuiu para disseminar sistemas de integridade nas empresas, ajudando a expandir a cultura do compliance (98%) e a atrair investimentos estrangeiros de qualidade (92%).

O consenso desaparece quando se trata das punições: 34% dos entrevistados discordaram da afirmação de que a lei traria sanções claras e justas em caso de descumprimento. Foi com a lei que nasceram os acordos de leniência — com multas que podiam ir de 0,1% a 20% do faturamento bruto das empresas, segundo a gravidade do caso — e o cadastro nacional de empresas punidas. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 7